



## TERMO DE REFERÊNCIA

### I. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

**1.1.** Registro de Preços para a contratação de empresa especializada na realização de exames anatomopatológicos e imunohistoquímica, visando atender às necessidades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Bataguassu/MS.

**1.2.** Especificação do objeto:

Item	Código	Descrição do Produto/Serviço	Und.	Qtd.	Valor Un. Estimativa	Valor Total Estimativa
1	010.087.003	<p>EXAME ANATOMO-PATOLÓGICO PARA CONGELAMENTO/PARAFINA POR PEÇA CIRÚRGICA OU POR BIÓPSIA (EXCETO COLO UTERINO E MAMA)</p> <p>Código SIGTAP: 02.03.02.003-0</p> <p>A abrangência mínima dos exames deverá contemplar os seguintes itens:</p> <p>Exames histopatológicos de tumor superficial da pele;</p> <p>Exames histopatológicos de pele e partes moles;</p> <p>Exames histopatológicos de conduto auditivo externo;</p> <p>Exames histopatológicos de lesão de partes moles;</p> <p>Exames histopatológicos de pintas e manchas da pele;</p> <p>Exames histopatológicos de pálpebra;</p> <p>Exames histopatológicos do pavilhão auricular;</p> <p>Exames histopatológicos de tecidos moles da boca.</p> <p>Descrição do procedimento:</p>	UN	7605	R\$ 54,19	R\$ 412.114,95



		<p>Consiste no exame macro e microscópico de material obtido por punção por agulha grossa, por biópsia ou por procedimento cirúrgico, com finalidade de diagnóstico definitivo ou tratamento.</p> <p>No caso de material obtido por biópsia endoscópica do aparelho digestivo, devem ser coletados fragmentos por região anatômica do órgão analisado, devendo constar no laudo a identificação dessas regiões.</p> <p>Nos casos de biópsia de próstata, a análise deverá corresponder a fragmentos coletados de cada sextante, com um mínimo de oito fragmentos.</p> <p>Observações gerais:</p> <p>A empresa deverá realizar a análise/biópsia da amostra conforme a solicitação da Secretaria de Saúde de Bataguassu/MS, sendo o valor pago por cada margem analisada.</p>				
2	010.087.004	<p><b>EXAME DE IMUNOHISTOQUÍMICA DE NEOPLASIAS MALIGNAS (POR MARCADOR)</b></p> <p>Código SIGTAP: 02.03.02.004-9</p> <p>Descrição do procedimento:</p> <p>Consiste na utilização de anticorpos monoclonais (marcadores) para determinar a origem tecidual e estabelecer o diagnóstico definitivo de neoplasias malignas inespecificadas ao exame histopatológico.</p> <p>Aplica-se com máximo de 06 (seis) marcadores por paciente.</p> <p>Não se aplica à pesquisa de receptores hormonais tumorais.</p>	UN	72	R\$ 135,37	R\$ 9.746,64



		Observações gerais: O valor será pago por marcador, limitado ao máximo de 06 (seis) marcadores por amostra.				
<b>Valor total estimado R\$ 421.861,59</b>						

**1.3.** Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade foram objetivamente definidos através de especificações usuais de mercado.

**1.4.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 74/2025.

**1.5.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados do dia útil subsequente à data de publicação no Diário Oficial do órgão ou da divulgação no PNCP, conforme estabelece o artigo 22 do Decreto Municipal nº 72/2025.

**1.6.** A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por igual período, hipótese em que os quantitativos fixados na licitação serão renovados para o novo período de vigência, de acordo com o artigo 23 do Decreto Municipal nº 72/2025.

## **II. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A presente contratação tem por finalidade atender à necessidade da Secretaria Municipal de Saúde de Bataguassu/MS de assegurar a realização de exames anatomopatológicos e exames de imunohistoquímica, procedimentos indispensáveis para o diagnóstico definitivo de diversas patologias, especialmente neoplasias, doenças inflamatórias e outras alterações estruturais de tecidos humanos.

**2.2.** No âmbito da rede pública municipal de saúde, tais exames são fundamentais para a confirmação diagnóstica de inúmeras condições clínicas, permitindo a adequada definição de condutas terapêuticas, acompanhamento da evolução das doenças e encaminhamento oportuno para tratamentos especializados. Em especial no campo da oncologia, os exames anatomopatológicos constituem o método padrão para identificação de tumores, enquanto os exames de imunohistoquímica possibilitam a



caracterização mais precisa das células tumorais, permitindo determinar sua origem, classificação e possíveis respostas terapêuticas.

**2.3.** Atualmente, a Secretaria Municipal de Saúde realiza a coleta das amostras biológicas em suas unidades de saúde, contudo, o município não dispõe de laboratório especializado, equipamentos específicos, insumos técnicos e profissionais médicos patologistas necessários para o processamento, análise e emissão de laudos desses exames. Dessa forma, a execução direta do serviço mostra-se inviável sob os aspectos técnico, estrutural e econômico, o que torna necessária a contratação de empresa especializada para a realização dos procedimentos.

**2.4.** A ausência desses exames comprometeria significativamente a capacidade diagnóstica da rede municipal de saúde, gerando atrasos na confirmação de diagnósticos, especialmente em casos suspeitos de câncer, o que poderia resultar em agravamento do quadro clínico dos pacientes, aumento da morbidade e da mortalidade, além de sobrecarregar outros níveis da rede assistencial. Tal cenário também poderia ocasionar encaminhamentos desnecessários para outros municípios, aumento de custos ao sistema de saúde e eventual judicialização da demanda por serviços diagnósticos.

**2.5.** Sob a perspectiva do interesse público, a contratação busca garantir a continuidade e a qualidade da assistência à saúde da população, assegurando o acesso oportuno a exames essenciais para o diagnóstico e tratamento adequado das doenças. A medida está alinhada aos princípios da universalidade, integralidade e eficiência que regem o sistema público de saúde, contribuindo para a resolutividade da rede municipal e para a promoção da saúde e da dignidade da população atendida.

**2.6.** Dessa forma, a contratação de empresa especializada para realização de exames anatomopatológicos e de imunohistoquímica mostra-se necessária e adequada para suprir a demanda existente, assegurar a continuidade da assistência diagnóstica especializada e garantir o adequado funcionamento da rede municipal de saúde.

**2.7.** A presente contratação está alinhada com o Plano de Contratações Anual para o exercício de 2026, de acordo com a Lei Federal nº. 14.133/2021. O plano foi publicado no Portal Nacional das Contratações Públicas, conforme dados abaixo:

I) ID PCA no PNCP: 03576220000156-0-000001/2026



II) Data de publicação no PNCP: 31/10/2025

III) Data de republicação no PNCP: 04/02/2026

IV) Id do item no PCA: 260/2026

V) Classe/Grupo: 2554009601 Contratação de empresa para realização de exames anatomopatológicos e imunohistoquímicos.

### **III. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**3.1.** A solução proposta consiste na realização de processo licitatório, com adoção do Sistema de Registro de Preços, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços laboratoriais destinados à realização de exames anatomopatológicos e exames de imunohistoquímica, conforme procedimentos constantes na tabela do SIGTAP.

**3.2.** A prestação dos serviços compreenderá o processamento, análise e emissão de laudos técnicos referentes às amostras biológicas coletadas pela rede municipal de saúde, incluindo materiais provenientes de biópsias, peças cirúrgicas e outros fragmentos teciduais encaminhados para investigação diagnóstica. As coletas das amostras serão realizadas pelas unidades de saúde do Município de Bataguassu/MS, cabendo à empresa contratada a execução das etapas laboratoriais especializadas necessárias à realização dos exames.

**3.3.** No caso dos exames anatomopatológicos, a contratada será responsável por todo o processamento histopatológico das amostras, incluindo etapas como fixação, inclusão em parafina, microtomia, coloração histológica, análise microscópica e emissão de laudo conclusivo por profissional médico especialista em anatomia patológica. Já no que se refere aos exames de imunohistoquímica, caberá à empresa contratada realizar a aplicação de anticorpos específicos sobre os tecidos analisados, utilizando técnicas laboratoriais apropriadas para identificação de marcadores celulares, com a finalidade de auxiliar na caracterização de neoplasias e outras patologias complexas.

**3.4.** A solução contempla, ainda, a responsabilidade da empresa contratada pelo fornecimento de toda a infraestrutura laboratorial necessária para execução dos exames, incluindo equipamentos especializados, insumos, reagentes, painéis de anticorpos,





sistemas de controle de qualidade e equipe técnica qualificada. Também será de responsabilidade da contratada assegurar o cumprimento das normas sanitárias e regulatórias aplicáveis aos serviços laboratoriais, bem como garantir a rastreabilidade das amostras e a confiabilidade dos resultados emitidos.

**3.5.** Os exames serão solicitados pela rede municipal de saúde conforme a necessidade clínica dos pacientes atendidos, sendo o pagamento realizado apenas pelos procedimentos efetivamente executados. Esse modelo permite maior controle da Administração sobre os gastos públicos e possibilita adequação da prestação do serviço à demanda real do sistema de saúde municipal.

**3.6.** A solução proposta visa garantir a continuidade da assistência diagnóstica especializada, assegurando maior resolutividade à rede de atenção à saúde e contribuindo para o diagnóstico precoce e o adequado acompanhamento de diversas patologias, especialmente as de natureza oncológica. Dessa forma, a contratação promove maior eficiência na gestão dos serviços públicos de saúde e atende ao interesse público ao ampliar o acesso da população a exames essenciais para a definição de condutas terapêuticas adequadas.

#### **IV. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**4.1.** A Detentora deverá observar os requisitos mínimos indispensáveis à adequada execução dos serviços, bem como as obrigações assumidas pela empresa contratada, garantindo a qualidade, a segurança dos atendimentos e o atendimento ao interesse público, nos termos da legislação vigente.

##### **4.2. Requisitos Técnicos**

###### **4.2.1. Especificação Técnica - Exame Anatomopatológico**

A contratada deverá obrigatoriamente contemplar, no mínimo, os seguintes tipos de análises:

- Exames histopatológicos de tumor superficial da pele;
- Exames histopatológicos de pele e partes moles;
- Exames histopatológicos do conduto auditivo externo;
- Exames histopatológicos de lesão de partes moles;



- Exames histopatológicos de pintas e manchas da pele;
- Exames histopatológicos de pálpebra;
- Exames histopatológicos do pavilhão auricular;
- Exames histopatológicos de tecidos moles da boca.

#### **4.2.2. Descrição do procedimento**

**4.3.** O exame anatomopatológico consiste na avaliação macro e microscópica de material obtido por:

- Punção com agulha grossa;
- Biópsia incisional ou excisional;
- Procedimentos cirúrgicos que envolvam remoção parcial ou total de tecidos.

**4.3.1.** A finalidade é estabelecer diagnóstico definitivo, avaliar margens cirúrgicas, confirmar hipóteses clínicas e subsidiar condutas terapêuticas, conforme preconizado na Portaria de Consolidação nº 2/2017 do Ministério da Saúde.

#### **4.3.2. Nos casos específicos:**

**a) Biópsias endoscópicas do aparelho digestivo:** Devem ser coletados fragmentos provenientes de cada região anatômica do órgão analisado, devendo o laudo identificar claramente todos os segmentos representados, atendendo às diretrizes de padronização diagnóstica e à boa prática de anatomia patológica.

**b) Biópsia de próstata:** A análise deverá corresponder a fragmentos coletados de cada sextante prostático, com um mínimo de oito fragmentos, conforme recomendação uropatológica amplamente aceita.

#### **4.4. Observações gerais**

**4.4.1.** A empresa deverá realizar a análise/biópsia de acordo com o material coletado e encaminhado pela Secretaria Municipal de Saúde de Bataguassu/MS.

**4.4.2.** O pagamento será realizado por margem analisada, quando aplicável.

**4.4.3.** A contratada deverá fornecer laudos completos, com descrição macroscópica, microscópica, diagnóstico conclusivo, CID compatível e observações técnicas.

#### **4.5. Especificação Técnica - Exame de Imunohistoquímica**

##### **4.5.1. A empresa deverá:**



- Aplicar anticorpos monoclonais (marcadores) destinados à determinação da origem tecidual ou tipificação de neoplasias malignas.
- Utilizar até 06 marcadores por amostra, conforme limite estabelecido pelo SIGTAP.
- Não aplicar a metodologia para receptores hormonais mamários (RS, RP, HER2).
- Entregar laudos com metodologia, painel utilizado, interpretação diagnóstica e controles internos.

**4.6.** O pagamento será realizado por marcador, respeitado o limite máximo de seis.

#### **4.7. Requisitos Operacionais**

##### **4.7.1. A contratada deverá:**

- Receber, registrar e processar o material fixado e identificado pelo Município;
- Disponibilizar sistema eletrônico seguro para acesso e emissão de laudos;
- Cumprir integralmente a LGPD (Lei nº 13.709/2018);
- Devolver lâminas e blocos de parafina quando solicitado;
- Manter rastreabilidade completa das etapas do processamento.

#### **4.8. Requisitos de Estrutura, Qualidade e Habilitação Técnica**

##### **4.8.1. A empresa deverá comprovar:**

- Responsabilidade técnica de médico patologista inscrito no CRM, conforme
- Resolução CFM nº 2.056/2013;
- Registro ativo no CNES como serviço de Anatomia Patológica e/ou Citopatologia;
- Conformidade com a RDC ANVISA nº 302/2005;
- Programa de Controle Interno e Externo de Qualidade;
- Infraestrutura laboratorial própria, com equipamentos para histotécnica, colorações de rotina e imunohistoquímica.

#### **4.9. Sistema de Laudos e Prazos**

##### **4.9.1. Apresentação de:**

- Modelo de laudo contendo identificação do paciente, descrição macro e microscópica, diagnóstico e assinatura do patologista.
- Declaração de cumprimento dos prazos exigidos pelo contratante.
- Prazo máximo de até 15 (quinze) dias para apresentação do resultado do exame





- Garantia de sigilo e proteção de dados nos termos da LGPD - Lei 13.709/2018.

**4.10.** A contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

**4.11.** A contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

**4.12.** Todas as despesas decorrentes da execução do objeto são responsabilidade exclusiva da contratada, inclusas as despesas de seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da prestação de serviços.

**4.13.** O objeto contratado deverá estar dentro das normas de Legislação vigente de qualidade/técnica, notadamente no que tange a Lei nº 14.967/2024, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

#### **Subcontratação**

**4.14.** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

**4.15.** Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

### **V. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de execução**

**5.1.** A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

**5.1.1.** Início da execução do objeto: O início da execução do objeto ocorrerá imediatamente após a assinatura da ata de registro de preços.

**5.1.2.** Local e horário da prestação dos serviços:

**5.1.3.** Os serviços serão efetuados por demanda, mediante autorização formal da administração;

**5.1.4.** A empresa deverá realizar a análise/exame de acordo com o material coletado e encaminhado pela Secretaria Municipal de Saúde de Bataguassu-MS;



**5.1.5.** A empresa deverá entregar o laudo completo da análise, conforme definido nos requisitos da contratação (itens 4.4.3. e 4.5.1.) dentro do prazo de 15 (quinze) dias corridos.

### **Materiais a serem disponibilizados**

**5.3.** Para a perfeita execução dos serviços, a Detentora deverá disponibilizar laboratório completo e adequado para a realização das análises/exames, com todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a execução do objeto contratado, nas quantidades e qualidades compatíveis com o serviço, promovendo sua substituição quando necessário:

### **Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

**5.4.** O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **VI. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.3.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.4.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.



**6.5.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

**6.6.** O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**6.6.1.** O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**6.6.2.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

**6.6.3.** O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

**6.6.4.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**6.6.5.** O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

**6.7.** O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**6.7.1.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o gestor do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, tomando as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

**6.8.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à



verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

**6.9.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**6.10.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**6.11.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**6.12.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

**6.13.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **VII. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **Recebimento**

**7.1.** A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

**7.1.1.** Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

**7.1.1.1.** Não produzir os resultados acordados,

**7.1.1.2.** Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou





**7.1.1.3.** Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

#### **Do recebimento**

**7.2.** Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

**7.3.** O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

**7.4.** A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

**7.5.** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

**7.6.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**7.7.** O recebimento definitivo ocorrerá no ato de liquidação da despesa, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante atestação.

**7.8.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**7.9.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.





**7.10.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

**7.11.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

**7.12.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.13.** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.14.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

**7.15.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

**7.16.** Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.



**7.17.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**7.18.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**7.19.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

#### **Prazo de pagamento**

**7.20.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

#### **Forma de pagamento**

**7.21.** O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**7.22.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.23.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**7.24.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.25.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



## **VIII. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**8.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento de MENOR PREÇO POR ITEM.

### **Forma de fornecimento**

**8.1.1.** O fornecimento do objeto será parcelado, conforme solicitação da Secretaria demandante.

**8.2.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

**8.3.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**8.4.** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**8.5.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.6.** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**8.7.** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.8.** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária,



respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**8.9.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**8.10.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

**8.11.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**8.12.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**8.13.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**8.14.** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**8.15.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**8.16.** As certidões acima elencadas, quando não indicarem de forma expressa o seu prazo de validade, serão consideradas válidas por 60 (sessenta) dias, a contar da sua emissão.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

**8.17.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).





## Atestado de capacidade técnica

**8.18.** Atestado de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto da contratação, relacionados à prestação de serviços de exames e análises laboratoriais.

**8.18.1.** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN.	QTD. TOTAL	QTD. MÍNIMA EXIGIDA
1	<p>EXAME ANATOMO-PATOLÓGICO PARA CONGELAMENTO/PARAFINA POR PEÇA CIRÚRGICA OU POR BIÓPSIA (EXCETO COLO UTERINO E MAMA) Código SIGTAP: 02.03.02.003-0</p> <p>A abrangência mínima dos exames deverá contemplar os seguintes itens: Exames histopatológicos de tumor superficial da pele; Exames histopatológicos de pele e partes moles; Exames histopatológicos de conduto auditivo externo; Exames histopatológicos de lesão de partes moles; Exames histopatológicos de pintas e manchas da pele; Exames histopatológicos de pálpebra; Exames histopatológicos do pavilhão auricular; Exames histopatológicos de tecidos moles da boca.</p> <p>Descrição do procedimento: Consiste no exame macro e microscópico de material obtido por punção por agulha grossa, por biópsia ou por procedimento cirúrgico, com finalidade de diagnóstico definitivo ou tratamento. No caso de material obtido por biópsia endoscópica do aparelho digestivo, devem ser coletados fragmentos por região anatômica do órgão analisado, devendo constar no laudo a identificação dessas regiões. Nos casos de biópsia de próstata, a análise deverá corresponder a fragmentos coletados de cada sextante, com um mínimo de oito fragmentos.</p> <p>Observações gerais: A empresa deverá realizar a análise/biópsia da amostra conforme a solicitação da Secretaria de Saúde de Bataguassu/MS, sendo o valor pago por cada margem analisada.</p>	UN	7605	3803
2	EXAME DE IMUNOHISTOQUÍMICA DE NEOPLASIAS	UN	72	36





<p>MALIGNAS (POR MARCADOR) Código SIGTAP: 02.03.02.004-9</p> <p>Descrição do procedimento: Consiste na utilização de anticorpos monoclonais (marcadores) para determinar a origem tecidual e estabelecer o diagnóstico definitivo de neoplasias malignas inespecificadas ao exame histopatológico. Aplica-se com máximo de 06 (seis) marcadores por paciente. Não se aplica à pesquisa de receptores hormonais tumorais.</p> <p>Observações gerais: O valor será pago por marcador, limitado ao máximo de 06 (seis) marcadores por amostra.</p>			
---	--	--	--

#### **8.19. Declaração de Capacidade Técnico-Operacional**

**8.19.1.** Declaração de Capacidade Técnico-Operacional, firmada pelo representante legal da licitante, atestando que dispõe ou disporá de equipamentos, insumos e equipe necessários à execução dos serviços, em conformidade com as normas sanitárias e de segurança vigentes.

#### **8.20. Formação e Registro Profissional**

**8.20.1.** A empresa deverá comprovar que os exames serão realizados sob a responsabilidade de profissional médico devidamente habilitado, atendendo aos seguintes requisitos:

**8.20.1.1.** Diploma de graduação em Medicina, com especialização em Patologia ou Anatomia Patológica, devidamente reconhecida pelos órgãos competentes;

**8.20.1.2.** Registro ativo e regular no Conselho Regional de Medicina (CRM) da jurisdição correspondente;

**8.20.1.3.** Comprovação de qualificação técnica compatível com a execução e emissão de laudos de exames anatomopatológicos e de imunohistoquímica (até 6 marcadores por amostra).

#### **8.21. Responsabilidade Técnica**

**8.21.1.** A empresa deverá indicar formalmente o profissional responsável técnico pelos serviços laboratoriais, em conformidade com as resoluções do Conselho Federal de Medicina;



## **8.22. Regularidade Sanitária e Estrutural**

**8.22.1.** A empresa deverá comprovar que o laboratório onde serão realizados os exames atende às exigências sanitárias aplicáveis aos serviços de diagnóstico laboratorial, mediante apresentação de:

**8.22.1.1.** Alvará Sanitário vigente, emitido pela autoridade sanitária competente;

**8.22.1.2.** Licença de funcionamento expedida pela Vigilância Sanitária local ou órgão equivalente.

## **8.23. Controle de Qualidade Laboratorial**

**8.23.1.** Deverá ser apresentada comprovação de participação em programas de controle de qualidade interno e externo, com a finalidade de garantir a confiabilidade e a precisão dos resultados laboratoriais. Serão aceitos, entre outros equivalentes, os seguintes programas:

**8.23.1.1.** PNQC – Programa Nacional de Controle de Qualidade, da Sociedade Brasileira de Patologia Clínica/Medicina Laboratorial;

**8.23.1.2.** PELM – Programa de Excelência para Laboratórios Médicos, do Ministério da Saúde do Brasil;

**8.23.1.3.** Outros programas de avaliação externa da qualidade reconhecidos pelos órgãos reguladores da área da saúde.

**8.24.** Será exigida apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, que deverá apresentar no prazo mínimo de 02 (duas horas), prorrogável por igual período, contado da solicitação, sob pena de desclassificação.

## **Documentos a serem apresentados para assinatura da Ata de Registro de Preços**

**8.25.** Comprovação de vínculo do(s) profissional(ais) médicos alocados para a execução do objeto e do responsável técnico com a empresa contratada:

**a)** Profissional empregado da empresa: cópia do registro em carteira de trabalho ou da ficha de registro de empregados autenticada junto ao DRT – Delegacia Regional do Trabalho;

**b)** Profissional sócio, diretor ou proprietário: cópia do contrato social e suas alterações em vigor, devidamente registrada no órgão competente;



- c) Profissional Contratado pela empresa: contratado de prestação de serviços com firma reconhecida.
- d) Comprovante de registro do responsável técnico junto ao respectivo Conselho Regional de Medicina (CRM), quando exigido pela regulamentação vigente.

## **IX. ESTIMATIVA DO PREÇO**

**9.1.** O custo estimado da contratação é de **R\$ 421.861,59 (quatrocentos e vinte e um mil, oitocentos e sessenta e um reais e cinquenta e nove centavos)**, conforme custos unitários apostos nas tabelas do item 1.2.

**9.2.** Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

**9.2.1.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

**9.2.2.** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

**9.2.3.** Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

**9.2.4.** Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.



## **X. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**10.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município para o exercício de 2026.

**10.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Bataguassu-MS, 18 de março de 2026.

**Elaboração:**

**Nathália Schulz Cardoso**  
Equipe de Planejamento  
Portaria n. 709/2025

**Geovani Tavares Martim**  
Equipe de Planejamento  
Portaria n. 709/2025

**Karolyne Cortes Dresch**  
Coordenadora de Autorização e  
Regulação do SUS

**Aprovado por:**

**Aline da Silva Cauneto**  
Secretária Municipal de Saúde